

A Guerra Civil em Angola Através de Dois Livros

Daniel Lacerda

Enquanto Estado independente Angola é muito jovem e a sua independência desenrolou-se num clima de guerra que se prolongou, praticamente, até há quatro anos. Durante uma curta trégua, em Setembro de 1992, com o apoio da ONU e em particular de Portugal, o Estado estabelecido em Luanda realizou as únicas eleições, que os observadores da ONU reconheceram na integridade dos resultados. Mau grado isso, a principal força de oposição, a UNITA, denuncia os resultados da consulta e a sua direcção refugia-se no Sul do país vindo a estabelecer um quartel-general na Jamba. Entre a guerra anticolonial e a guerra civil que se seguiu, o país tem vivido nos últimos quarenta anos em constante instabilidade, com o principal dos seus esforços orientados para a defesa. A formação dos seus quadros dirigentes tem-se efectuado neste quadro sócio-político, em que a função militar predomina. No entanto, desde a realização de eleições, em 1992, uma Assembleia de deputados toma parte na direcção do Estado e, nos últimos anos, foi aprovada a privatização progressiva dos sectores económicos.

As duas obras que nos propomos aqui apresentar referem-se a realidades muito distintas mas ambas supõem a situação que acabamos de resumir.

*Portugal no Olhar de Angola*¹ de Carla Baptista é um estudo saído de um diploma de mestrado que esta angolana, investigadora e professora da Universidade portuguesa realizou em Portugal, à luz duma fundamentação teórica alicerçada nos grandes especialistas mundiais da comunicação social. A capacidade da autora em aplicar à realidade angolana esse arsenal conceptual mereceu-lhe a permanência na área universitária. Carla Baptista propôs-se analisar o *Jornal*

de Angola, editado em Luanda, no decorrer de dois períodos -1992-93 e 1996 - durante os quais tiveram lugar as eleições legislativas angolanas e as presidenciais portuguesas.

Antes de mais, a autora aduz várias ilustrações do facto do jornal, enquanto arma mediática do regime centralizado, funcionar de “modo entrosado com o sistema político”, daí as suas conclusões se tornarem implicitamente numa reflexão “sobre as prática da manutenção do poder em Angola”. Mas, como a autora reconhece no prefácio, o objecto do seu estudo deslizou um tanto; da averiguação do comportamento mediático, implicitamente, passou para a caracterização do sistema político, emprestando assim outra amplitude ao objecto em estudo. Por esse motivo, a visão que é dada da UNITA e do seu líder, Jonas Savimbi, reflecte a antinomia derivada do poder dirigido pelo MPLA, considerando-o o jornal mais um inimigo do que o porta-voz duma tendência ou um adversário político.

O corpus do jornal estudado por Carla Baptista inicia-se com a saída dos chefes das forças armadas da Unita do seio das forças unificadas (Outubro de 1992), marginalizando essa medida integradora dos Acordos de Bicesse, firmados em Maio de 1991, nos quais a diplomacia portuguesa havia desenvolvido grande acção para restabelecer a paz. Perante esta e outras acções de ruptura, a diplomacia portuguesa ao lado de outros representantes da ONU desenvolveram uma acção com vista a preservar os acordos e o processo eleitoral. Depois da esperança de paz precária, criada pelas negociações e a assinatura dos acordos pelas diversas partes, em seu complemento, efectuou-se a realização de eleições. Estas, embora tenham sido efectuadas em condições deficientes - mas as

únicas até hoje realizadas pela administração angolana - obtiveram a aprovação dos observadores das autoridades internacionais presentes em Angola. No entanto, ao antever-se a vitória do MPLA, a situação degrada-se, desenhando-se o que a jornalista refere como a “catástrofe angolana”. Acrescentando que o *Jornal de Angola* começava a apontar a Unita como a responsável pela crise das formas democráticas do diálogo e discussão, e da violação dos Acordos. Apoiando-se em diversos analistas e teorizadores dos modernos meios de comunicação (Henri-Pierre Jeudi, Lucien Sfez, Breton, Walter Benjamin, Mário Mesquita) mostra que o jornal que estuda não é inocente na visão que transmite desse momento crucial da história recente de Angola. O *Jornal de Angola*, regra geral, reflecte o ponto de vista do governo, isto é, grosso modo, da maioria do MPLA. Os motivos das hesitações da Unita não são conhecidos através dos próprios interessados.

As contradições da sociedade não se esgotavam nesse acto eleitoral, cujos resultados, porém, acabaram por vigorar até hoje (nas quais foi eleito um grupo parlamentar da Unita), paralelamente às acções da guerra civil. Esta começou então a ser anunciada com ameaças como “a Unita vai transformar Angola em pó”, atribuída a um dirigente dessa organização. Analisando o *J.A.* a partir de Portugal, C. Baptista não nos revela os acontecimentos que motivaram o desespero que lhe subjaz. Entre as atitudes condenadas pelo *J.A.* surgia: “Não se pode aceitar que os políticos, pelo facto de quererem o poder a qualquer preço, submetam o país a uma nova tragédia”. Também era dito, que Jonas Savimbi, não aceitando a derrota eleitoral, voltaria a pegar em armas. Mas isto, não explicando tudo, acaba por nada explicar.

Colada aos textos do jornal luan-dense - em respeito do projecto académico - a comentadora anota com cepticismo e estranheza o desfecho trágico da dissidência entre as duas grandes formações, que o *J. A.* refere nos termos seguintes: “Enquanto se cometia os desmandos [da Unita], nenhuma voz, das que hoje estão preocupadas com os trágicos acontecimentos de Luanda, se levantou para protestar contra o assassinato, tortura e perseguição dos cidadãos” (p. 40). Para, logo em seguida, o mesmo órgão de imprensa oficiosa, reclamar que a Unita deixe de receber apoio dos países democráticos. O desrespeito do cumprimento dos acordos é encaminhado no sentido de provocar o seu isolamento internacional, acabando por obter efeito, depois de outras peripécias de gravidade. No início de 1993 o *J. A.* conclui: “A Unita decidiu enveredar pela ilegalidade, renunciando à convivência democrática”. Impedindo “a concretização de um projecto de todos: a consolidação da democracia e a edificação de um Estado de direito” (p.44). Nos dias seguintes, põe em destaque: “O país está em guerra”, anunciando que no Cunene “as forças da ordem expulsaram os soldados das FALA² das principais localidades”, incluindo Benguela e o Lobito. Carla Baptista corrige indicando que esta comunicação é oriunda de fontes governamentais, as quais têm em vista as potências internacionais. Luanda, com efeito, pede a Portugal para encerrar a delegação da Unita em Lisboa mas Portugal rejeita, persistindo em obrar pela paz. “Jonas Savimbi é caracterizado como um demónio” e acusado de utilizar “tropas zairenses e mercenárias” (p. 47).

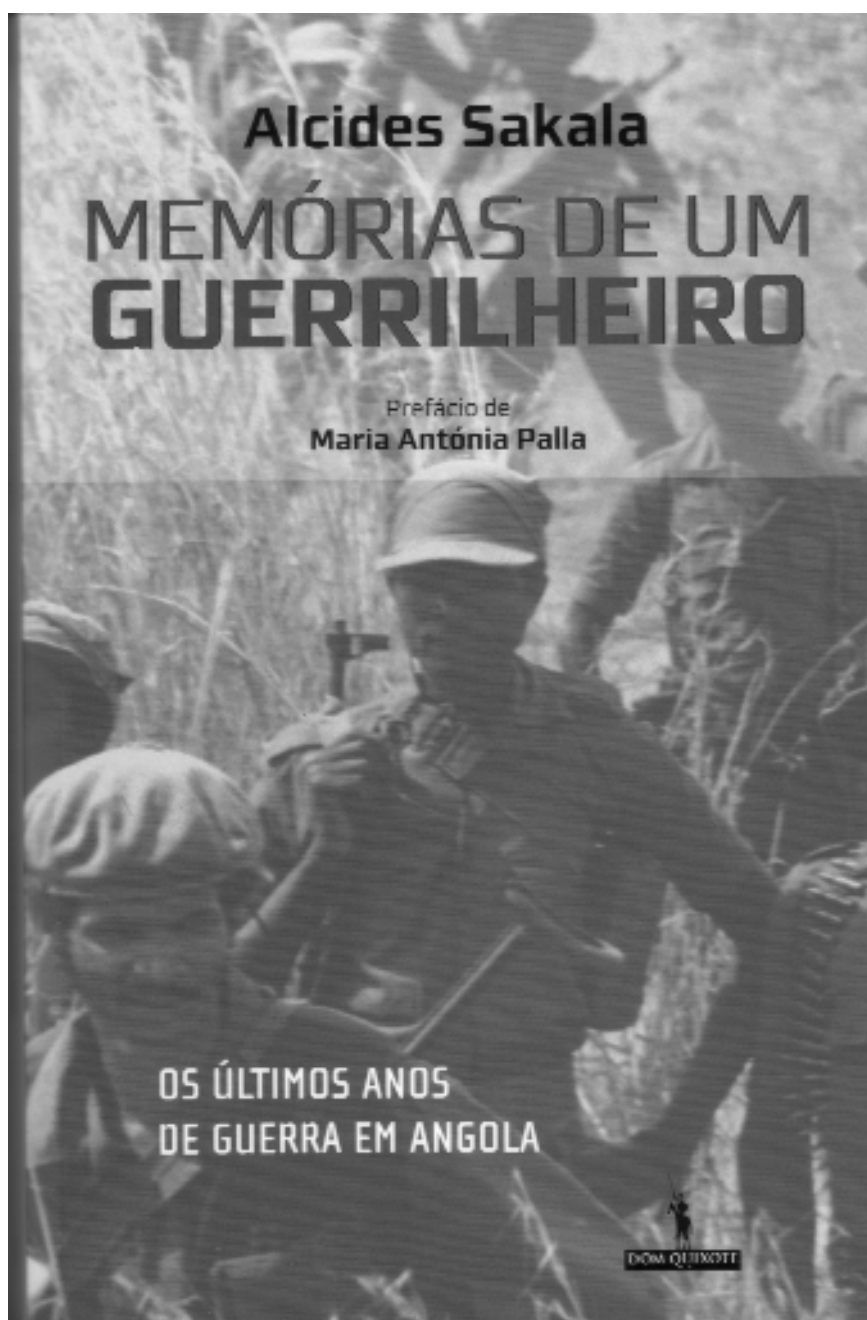
Mau grado a fiabilidade das eleições, reconhecendo a direcção política do governo nomeado por José Eduardo dos Santos, C. Baptista cita argutamente Alain Touraine que chama a atenção para a necessidade da componente social no fortalecimento da democracia, acrescentando que “o discurso ideológico é frequentemente mais paralisante do que actuante” (p. 50). E é em perfeita coerência com sua perspi-

caz análise, que ultrapassa o papel desempenhado pelo *J. A.*, para questionar o modo de funcionamento do regime. Acerca deste, a jornalista conclui: “O partido no poder em Angola parece revestir todas estas características, que provavelmente complexifica com um modelo de apropriação de riqueza próprio da elite dirigente angolana.”

O estudo rigoroso de Carla Baptista, apresentado no quadro académico de Lisboa, desenvolve-se sempre com a mesma pertinência e acuidade em outros capítulos, mas nós não podemos ir mais além, ficando aqui retrçada uma imagem

do que nos pareceu caracterizar a sua análise, no contexto das condições sócio-políticas que geraram a guerra civil angolana.

A argumentação e pensamento da jornalista segue uma lógica teórica formulada na experiência das sociedades ocidentais. Ora o quadro sócio-político angolano, ainda que tenda a organizar-se na base de idênticos princípios universais, na prática não dispõe de estruturas da sociedade civil equivalentes, além de a prevacente situação de guerra e conflito exigir, *ipso facto*, medidas apertadas de protecção do Estado. Mais concretamente, é sabido que o Estado angolano, a



seguir à independência de 11 de Novembro de 1975, se organizou seguindo um modelo socializante de tipo soviético e que nos últimos anos está a operar a adaptação à democracia social e a abertura à propriedade privada. Tendo isso em conta, o trabalho de investigação de Carla Baptista revela também o seu empenho em interpretar a natureza da comunicação social do seu país e da sua articulação com os órgãos do poder, para o qual dá um contributo muito relevante, particularmente ao fazer emergir as componentes sociais e as suas motivações próprias, para lá da disputa partidária. O seu trabalho de análise encontra aí um terreno mais sólido e amplo de sustentação e prevalência.

O relato que constitui a outra obra que pensamos aqui dar a conhecer nos seus traços gerais, apresenta-se como um complemento a este, na medida em que foi concebido do ponto de vista da Unita.

Memórias de Um Guerrilheiro

Alcides Sakala, actual líder da bancada parlamentar da Unita, em *Memórias de Um Guerrilheiro, os Últimos Anos de Guerra em Angola*³ transmite-nos um extraordinário relato dos últimos anos de resistência do núcleo dirigente da Unita (Dezembro de 1999 a Março de 2002), passados nas matas do Bié e Moxico, entre o Andulo e as nascentes dos rios na região de Luena. Mas, à luz da dinâmica de reconciliação nacional, que então ficou esboçada, a extensa descrição empreendida pelo autor nas piores condições de sobrevivência, fica ilustrada por um indefectível amor pelo país e por uma atitude solidária e universalista. Daí poder considerar-se como um documento de pleno interesse para o entendimento pelo interior das molas de força que alimentaram a rebeldia dos dirigentes da sua formação política, além dum raro testemunho histórico.

Não sendo nós especialistas do assunto, limitamo-nos a referir

alguns dos aspectos mais salientes desta obra que, sendo escrita durante as constantes deslocações do staff savimbista, em pleno mato, sob ameaça do reforçado potencial bélico das Forças Armadas de Angola (FAA), foi escrita - como salienta a prefaciadora, Maria Antónia Palla - "em condições inverosímeis nas entrelinhas de livros e em pedacinhos de papel, transportado junto ao corpo através da floresta, protegido da chuva e dos cursos de água, fugindo às balas, resistindo à fome e à doença que ameaçavam consumir o resto das forças e do ânimo" (p.8). Podemos ver já nesta determinação tanto a supremacia dos dons do escritor, quanto a esperança depositada no conteúdo do seu testemunho.

Alcides Sakala, natural do Bailundo (nascido em 1959), depois de aderir à Unita, em 1974, desempenhou funções de representação deste movimento nos USA, na Alemanha e em Bruxelas, tendo desta cidade regressado a Angola, em 1995, por ocasião das negociações de paz. É então nomeado secretário de negócios estrangeiros dessa organização fazendo parte do núcleo dos seus dirigentes que, após a renúncia da entrega do controle das cidades de Andulo e Bailundo à administração central do estado angolano - como estabelecido pelos Acordos de Lusaka - se refugiam, em 1998, nas matas do Bié.

Ao longo desse grande périplo da guerrilha, o autor, conselheiro do líder máximo, Jonas Savimbi, seguiu-o, sob a ameaça constante das forças armadas governamentais, que espiavam e sobrevoavam a deslocação dos seus inimigos, em condições militares desiguais, tanto quanto podemos deduzir da constante mobilidade, por vezes através da floresta virgem, a que é forçado o relator do Diário - é sob esta forma que estas *Memórias* se apresentam. O autor explica os fundamentos dessa decisão no primeiro relato, alicerçando-a "nos incumprimentos por parte do governo de Angola relativamente ao estipulado nos Acordos de Lusaka e as violações dos direitos humanos que se verificaram em

quase todo o país." Acrescentando que o comunicavam sem sucesso aos mais altos representantes internacionais e a Koffi Annan, secretário-geral da ONU, em deslocação no Bailundo. Sakala junta a isso o contexto internacional desfavorável à Unita, em particular a administração Clinton, que a consideraria - o que pode parecer excessivo - "o inimigo número um dos interesses americanos no mundo", acrescentando que a mudança da política americana se desenhou após o fim de guerra fria. Além disso, no quadro da aplicação dos referidos acordos, para os quais a ONU enviara para Angola uma força militar (UNAVEM), acusa os países da troika de lhe imprimir um "carácter marcadamente unilateral, excluindo pura e simplesmente a dimensão humana do processo." Nessas circunstâncias, a direcção da Unita, enquanto forma de resistência, recusou a entrega das localidades junto ao Bailundo e, após o bombardeamento das suas bases militares e políticas instaladas entre o Andulo e Bailundo, tomou o caminho do mato. Este ataque aéreo e terrestre de 7 de Outubro de 1999 é descrito neste Diário, que se inicia um pouco antes, em Dezembro de 1998, quando as imediações dessas localidades já eram bombardeadas, e irá até Março de 2002, data da assinatura da trégua definitiva com as autoridades de Luanda, e a entrada imediata do autor no Hospital de Luena. Os dois anos e meio de deambulação no mato da direcção central da Unita, que A. Sakala integrava, constituem a matéria principal de *Memórias de Um Guerrilheiro*, prendendo-se o leitor com as descrições das constantes deslocações mas pouco se sabendo da matéria dos encontros de trabalho sucessivos com a restante direcção, e sempre com Savimbi, assunto reservado à guerrilha para a sua própria sobrevivência, diríamos. Na primeira parte somos mais informados dos confrontos militares. Apenas um assunto ou documento de carácter mais geral é divulgado, provocando alguma frustração, mas o inusitado aventureiro da vivência nas matas, debaixo da

vigilância do inimigo, torna-se suficientemente sugestivo.

Inicialmente as diversas equipas em retirada organizada utilizam diferentes tipos de automóveis, mais ou menos adequados às batidas do mato, e as peripécias para os fazer avançar exigem pouco a pouco maior audácia que as etapas do Paris-Dakar. Ao fim de algum tempo, encravados e sem combustível, acabam por ser abandonados e destruídos. É em data de Junho 2000 na zona do rio Bakuime que refere a destruição da maior parte das viaturas executada na base de Chanji: “queimámo-las no dia em que começámos a marcha na área de Massonde, entre as comunas de Cuemba e do Luando (...) outras ainda entre a cidade de Andulo e o rio Cuanza, para que não fossem capturadas pelas FAA, incluindo vários *tubarões* e Toyotas GX da coluna presidencial.”

E, descrevendo com mais pormenor a forma de proceder do grupo ainda bastante compacto, prossegue: “Chegámos muito tarde ao local escolhido pelo grupo de reconhecimento. Às apalpadelas, o comandante da base levou-nos ao sítio onde instalámos as nossas tendas. Tratámos imediatamente de juntar alguma lenha seca e, com Dachala e Gato [Lukamba Paulo Gato], dormimos horas depois à volta da grande lareira semiapagada, que colocámos no centro, depois dos nossos seguranças nos terem servido um bom jantar, à base de pirão de milho, misturado com fuba de mandioca, acompanhado de carne seca, cozida com feijão, ao que se seguiu um bom copo de mel para cada um. Infelizmente, o secretário-geral [L. P. Gato] chegou doente, com malária e quase não andava. Nos primeiros dias mal falava” (p. 110).

Pouco depois, a meados de Setembro, as forças militares que protegiam a direcção da Unita, na zona do rio Katuma sofreram uma grande ofensiva por parte das FAA, calculadas em cerca de dez mil homens apoiadas pela aviação e por carros de combate, obrigando os guerrilheiros a nova deslocação e impedindo a sua direcção de se

concentrar na retaguarda numa base protegida. Esse objectivo das FAA, estava a ser conseguido, conclui A. Sakala, que reconhece a fragilização daí decorrente. Nessa altura Savimbi, que o autor venera em toda a dimensão de líder, reúne com a direcção para traçar a estratégia a seguir, sentado numa cadeira de plástico verde junto ao seu bunker. E é ainda visto em companhia da esposa.

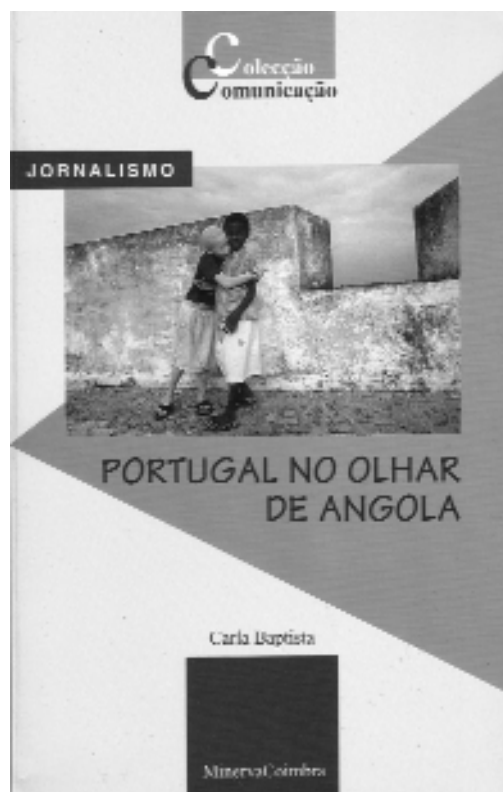
O desgaste provocado por tais condições de luta começava a fazer-se sentir, dizendo o autor: “Lutávamos sozinhos há 18 meses. Sem apoio nenhum, nem de ninguém do exterior. As FAA e a polícia continuavam a ser as únicas fontes de abastecimento logístico. Os nossos ataques, circunscritos num contexto estratégico bem definido, tinham dois objectivos tácticos imediatos: aniquilar os pequenos grupos de unidades das FAA, que variavam entre dez e trinta homens, com objectivo de capturar munições, medicamentos e equipamentos militares de natureza diversa e pôr fora de combate o maior número de soldados, por bala, armas brancas ou por acção de minas antipessoais para desmoralizá-los e frustrar as suas intenções ofensivas” (p.143). Em contrapartida, denuncia a presença de assessores portugueses e pilotos brasileiros junto das forças governamentais.

Pouco tempo depois, sempre assediados pelo inimigo, a deslocação passa a fazer-se em marchas nocturnas, fora da observação dos aviões que são vistos quase quotidianamente em voos de observação. A fome e a alimentação deficiente, indigesta tornavam-se um inquietante inimigo. A meados de Setembro 2001, a direcção da Unita, reunida no rio Muhungu, criou uma Missão Externa sob a coordenação de Isaías Samakuva para dispensar a direcção das relações com o exterior. Mas A. Sakala acentua, nesse mesmo momento que as FAA receberam mais um batalhão a juntar às quatro brigadas envolvidas na procura dos líderes da Unita, para além de outras unidades que percorriam o território. Confiante, regista no seu Diário: “Mas

enquanto nos procuravam a oeste, continuávamos a manobrar a leste e em profundidade, a sul do rio Lutai. Mas agravavam-se os problemas alimentares. A nova administração criada pelo Presidente para a coluna mostrava-se incapaz de resolver os problemas administrativos e gerir com justiça a pouca alimentação que se conseguia encontrar” (p. 323).

O desaparecimento de Jonas Savimbi

Finalmente, a 22 de Fevereiro de 2002, no rio Luzi, A. Sakala anota: “Após sete horas de marcha do local onde pernoitámos, chegámos ao fim da manhã ao novo refúgio. Tratámos imediatamente de nos instalar, com todas as medidas de segurança. Enviámos várias patrulhas para todas as direcções e para minorar os problemas da fome enviámos vários grupos de caça ao mel e cogumelos. Não havia na área indícios nenhuns de existência humana.” E mais à frente, no mesmo registo do Diário, a notícia que tudo alterou: “Recebemos ao princípio da noite, mas com muito cepticismo, a notícia da morte do Presidente, anunciada em três



comunicados de imprensa.” Dois dias depois, tinham-se dissipado as dúvidas, o Diário regista: “A coluna continuava de luto e foi grande a emoção quando anunciámos oficialmente a morte do Presidente Fundador.” E, renunciando a trégua, acrescentava: “definimos um programa de sensibilização para preparar os homens para os novos desafios que se colocaram após o desaparecimento do presidente Savimbi.”

Passados poucos dias sobre a morte de Jonas Savimbi, a restante direcção política da Unita recebe numa base da guerrilha junto da nascente do rio Luconha, uma delegação do governo de Angola, chefiada pelo general Nunda, para a assinatura do acordo de tréguas, com base na aplicação do remanescente do Protocolo de Lusaka, decorrendo em seguida, na cidade de Luena, negociações complementares. “Fizemos da morte em combate do presidente Savimbi uma oportunidade para a paz” revela o autor, acrescentando, em unísono com o sentimento que se vinha impondo de dia para dia: “Ninguém mais estava interessado em ouvir nas igrejas, nos hospitais militares e à porta de sua casa, o choro da morte de vítimas de guerra. O sofrimento comum, violento e imoral foi o fermento político que permitiu às partes colocar diferenças ideológicas de parte e encetar o caminho do diálogo inclusivo e construtivo. As margens do rio Luconha ficarão conhecidas na história de Angola como o ponto de partida para a construção da paz definitiva em Angola.

Alcides Sakala descreve esse encontro decisivo: “A vinda às matas do Leste de Angola da delegação governamental que esperávamos representava, por si só, uma vitória da Resistência da Unita e dos angolanos em geral que almejavam a paz definitiva.” E, logo a seguir, retratando o desequilibrado quadro humano que se perfilava na sua frente, prossegue: “O facto de ter sido o general Implacável a dirigir a delegação das FAA distendeu ainda mais o ambiente. Porém, a verdade é que estávamos sentados,

frente a frente, à volta de uma mesa construída de paus frescos, com a delegação do Governo de Angola. Vinham bem vestidos, fardados a rigor e com bom aspecto físico, luzidios e perfumados. Alguns gordos demais para as circunstâncias. Era um contraste físico extraordinário. Mas, mais do que o aspecto físico, o mais importante era a importância e o simbolismo político do acto. A delegação governamental tinha diante de si homens⁴ decididos, que chegaram até ao fim, sem se render nem vacilar na luta pelas ideias que defendiam e acreditavam. Os nossos corpos falavam por si e transpareciam a dura realidade das dificuldades que vivem os guerrilheiros. Era, de facto, assim a vida de um guerrilheiro. Essa realidade encontra expressão num ditado popular angolano que diz que «quem quiser possuir uma pele de onça, tem de se sujeitar a viver com os piolhos incrustados nela» (p. 444). Alcides Sakala, observado pelo médico vindo na delegação, segue de imediato para um hospital, a fim de receber tratamento.

Enquanto narrativa da longa marcha da guerrilha, este documento persistirá entre os maiores, ao lado de Che Guevara e de Mao Tsé-tung, retirando-se da sua postura uma mensagem universalista, enquanto porta-voz explícita de camadas sociais camponesas, em que se baseavam os quadros formados para a luta. Rendendo homenagem ao seu dirigente, A. Sakala fecha o seu Diário, descrevendo desta forma a motivação social de

tantos anos de luta: Jonas Savimbi “operou uma revolução profunda na consciência dos camponeses pobres de Angola. Transformou negros camponeses, chamados os gentios, os que eram tidos por alguns “historicamente os contratados para as roças de café do Norte”, os “bailundos sem eira nem beira”, os “sulanos não civilizados”, em homens dignos da sua graça. Fez desses filhos de camponeses do Norte, da costa atlântica, do Sul, do centro, do Leste e do Oeste do país, que acreditaram no seu projecto, quadros políticos, diplomáticos e militares capazes, que defendem com dignidade os seus interesses, no âmbito dos desafios da luta pela consolidação da paz e da democracia em Angola.”

Abria-se deste modo uma nova era para o povo angolano, que Alcides Sakala anuncia sem renunciar aos valores pelos quais se bateu. Tudo leva a crer que esta sua obra literária permitirá um melhor reconhecimento e entendimento entre os angolanos, enquanto contributo para a reconciliação nacional ●

¹ Carla Baptista, *Portugal no Olhar de Angola*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2002, 154 p.

² Forças Armadas de Libertação de Angola, braço armado da Unita.

³ Lisboa, Edições Dom Quixote, 2006, 450 p. Prefácio da jornalista Maria Antónia Palla.

⁴ Os dirigentes, que se reuniram dois dias antes para preparar o encontro eram, além do autor, Lukamba Paulo Gato, Marcial Dachala, Blanche Vilongo e Vituzi (p. 442).

Rectificação

A propósito do artigo “O Movimento Estético que Abalou Salazar”, publicado em *Latitudes* nº 26, pp. 33-39, recebemos um pedido de esclarecimento para o qual chamamos a atenção dos leitores: «Em nome dos seus camaradas fundadores e amigos das revistas *Árvore* e *Cadernos do Meio-Dia*, o poeta José Terra informou-nos que havia um erro nas páginas 35 e 38 desse nº de *Latitudes* em classificar estas duas revistas como ligadas aos “núcleos católicos” ou “de cariz católico”, pedindo uma correcção clara.» Sabendo que essas revistas e os seus organizadores foram severamente perseguidos pelo regime salazarista, aqui deixamos esta rectificação, com o nosso pedido de desculpa.

No mesmo artigo, p. 39, nota 11, onde se lê “intelectuais protestantes franceses”, deve ler-se “intelectuais católicos progressistas franceses”.

A redacção de Latitudes